



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3780

**Presidente da Mesa Diretora:** Benedito Paula Said

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Criação de Unidades Municipais, Conselhos, Comissões, Cargos, Consultoria Jurídica, Serviços, Salas, Núcleos, Projetos Culturais e outros

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 31/08/1995

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 53/95. Cria o Conselho de Alimentação Escolar e contém outras providências. (Referente à Lei nº 2.293, de 09/11/1995).

**Controle Interno – Caixa:** 07

**Posição:** 26

**Número de folhas:** 11

---

Espécie: Pí  
Categoria: criação  
Cx: 07  
Ordem: 26  
nº fls. 07



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº

53/95

AUTOR: Prefeito Municipal

Caixa

ASSUNTO:

Cria o Conselho de Alimentação Escolar e contém  
outras providências.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 31.08.95
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 31.08.95
- 3 VISTAR EM 05.10.95.
- 4 Aprovado em 1ª - 0, salvo
- 5 emendas - 10.10.95.
- 6 Aprovado em 2ª - 0, com
- 7 emendas - 17.10.95.
- 8 Aprovado em 3ª - 0 - 24.10.95.
- 9 A sanção - 25.10.95.
- 10 Arquivar-se.

P R E F E I T U R A      M U N I C I P A L      D E      M O N T E S      C L A R O S

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG

PROJETO DE LEI

cria o Conselho de Alimentação Escolar e da  
outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhes especificamente:

I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos "in natura".

III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridades aos produtos da região;

IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;



VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação e utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o programa no Município.

Parágrafo único - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município. X

ARTIGO 2o - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II - 1 (um) representante da Associação Comercial;

III - 1 (um) representante dos professores das escolas municipais;

IV - 1 (um) representante de pais de alunos;

§ 1o. - A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2o. - A nomeação membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 3o. - O Presidente do Conselho permanecerá, como tal, durante o tempo que durar sua função, como dirigente do órgão de educação.

§ 4o. - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades, para nomeação do Prefeito Municipal.

*SM*



§ 5o. - No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6o. - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de, pelo menos, um terço de seus membros efetivos.

§ 7o. - Ficarão extinto o mandato do membro, que deixar de comparecer, sem justificção, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

§ 8o. - Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal, para que proceda ao preenchimento da vaga.

ARTIGO 3o. - O Vice Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado.

ARTIGO 4o. - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

ARTIGO 5o. - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

ARTIGO 6o. - O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

ARTIGO 7o. - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

ARTIGO 8o. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei.

ARTIGO 9o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montes Claros/10. 21 de agosto de 1.995.

Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação  
EM 3 DE agosto DE 1995.  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

*eleitoral e certidão*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
Saco Envelopas  
EM 10 DE outubro DE 1995  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
com envelopes  
EM 17 DE outubro DE 1995  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
EM 29 DE outubro DE 1995  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
À SANÇÃO  
EM 29 DE outubro DE 1995  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L   D E   M O N T E S   C L A R O S

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG

Ofício no.081/95 - CJ.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

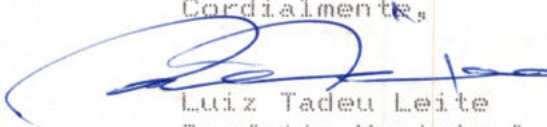
Críticas infundadas tem surgido, relacionadas a aquisição de produtos destinados à merenda escolar. Instaurou-se Comissão Legislativa de Inquérito, a fim de se apurarem denúncias apresentadas, a qual, a final nada apurou de positivo.

Apesar da lisura dos atos administrativos, quanto ao trato do bem público, incluindo-se o respeito ao educando, e, para reforçar este respeito, resolvemos criar o Conselho de Alimentação Escolar, cujo objetivo é também, fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar.

A participação direta da Comunidade, fiscalizando, sugerindo e orientando, certamente, trará benefícios à educação e comprovará que nossa Administração é honesta.

Agradecemos a atenção dos Senhores Vereadores.

Cordialmente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal.





21  
21

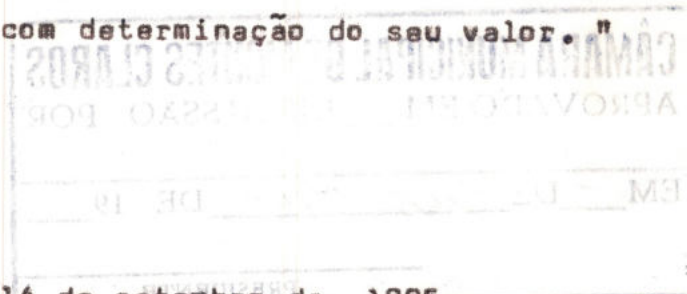
21

## Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

EMENDA - que se dê ao Artigo 8º do projeto o seguinte teor :

" Art. 8º - Para atender as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, o Poder Executivo ' encaminhará à Câmara Municipal pedido ' de autorização para abertura de crédito especial, com determinação do seu valor. "



Sala das sessões, 14 de setembro de 1995.

  
Vereador Hélio Guimarães



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação  
e Jurisdição  
EM 7 DE Setembro DE 19 95  
[Signature]  
PRESIDENTE

*Excell. Senhor*  
*Edvaldo Neri*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
EM 7 DE outubro DE 19 95  
[Signature]  
PRESIDENTE

Às  
Câmaras  
B. Pin



1º

21  
21

## Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI QUE CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

EMENDA - que se acrescente ao Artigo 2º um representante da Pastoral da Criança .

Sala das sessões, 14 de setembro de 1995.

Vereador  Hélio Guimarães



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação e Jurisprudência  
EM 7 DE Setembro DE 1995  
Boris  
PRESIDENTE

*Legislação e Jurisprudência*

*SH*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM \_\_\_\_ DISCUSSÃO POR \_\_\_\_  
EM 7 DE Setembro DE 1995  
Boris  
PRESIDENTE

*Quando Ninguém*



# Câmara Municipal de Montes Claros

Montes Claros, 25 de outubro de 1995

Ofício nº: 384/95

Assunto : Encaminhando projetos para sanção

Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Pelo presente estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., os projetos-de-leis incluídos, aprovados por este Legislativo, dispendo sobre :

1. proibição para a comercialização de determinados tipos de brinquedos neste município ;
2. criando o Conselho de Alimentação Escolar .

No tocante a este último projeto, cumpre-nos esclarecer que o mesmo , em virtude de emendas aprovadas por esta Casa, sofreu algumas modificações que já se acham introduzidas no texto que ora passamos às mãos de V. Exa..

Com os nossos renovados protestos de apreço e estima ,  
subscrevemo-nos

cordialmente.

Vereador Benedito Said  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. Luiz Tadeu Leite  
DD. Prefeito Municipal  
MONTES CLAROS